



REPÚBLICA DE ANGOLA

Embaixada da República de Angola na República Portuguesa

RESENHA DE IMPRENSA ANGOLANA

16 de Julho de 2025

Elaborado por: Serviços de Imprensa

Av.ª da República nº68, 1069-213
Lisboa - Portugal
Telf.: (+351) 965902180 / (+351) 217967041
Gab CMD: (+351) 210405189
gab.emb@embangolapt.org



mirex.gov.ao
Ministério das Relações Exteriores

Presidente da República recebe o príncipe Harry.

O Presidente da República, João Lourenço, recebeu, na tarde de terça-feira, em audiência no Palácio da Cidade Alta, o Príncipe Henry Charles Albert David, Duque de Sussex, que se encontra no país para o fortalecimento do trabalho desempenhado em prol da desminagem.

O Príncipe Harry é embaixador da Halo Trust, organização sem fins lucrativos especializada na limpeza de escombros de guerras, tais como minas terrestres e armamentos não detonados em zonas de guerra pós-conflito.

O Duque de Sussex, como também é conhecido, já esteve em Angola em outras ocasiões com o mesmo objectivo.

Em Setembro do ano passado, a Halo Trust enalteceu o empenho do Presidente João Lourenço no processo de desminagem em Angola, durante um reconhecimento feito pelo próprio Príncipe Harry.

O evento ocorreu em Nova Iorque, à margem da 79.ª Assembleia Geral das Nações Unidas, que homenageou a dedicação de Angola na remoção de minas no país. A iniciativa visou mobilizar a atenção da imprensa global, de modo a inspirar outros países afectados pelas minas terrestres e motivar nações doadoras e o sector privado a investir no futuro do país.

Angola alcançou, nos últimos anos, milhares de hectares desminados, o que está a permitir o regresso à agricultura e

ao turismo em áreas antes inacessíveis, devido à presença de minas terrestres.

O Príncipe Harry sublinhou que o seu envolvimento nesta missão significa muito para a memória da sua mãe, Princesa Diana, que também se dedicou a esta causa.

Ao pronunciar-se sobre este assunto, o ministro das Relações Exteriores, Tété António, fez saber que Angola é dos poucos países no mundo que paga a sua própria desminagem, gastando cerca de 60 milhões de dólares.

“Essa é uma experiência que tem estado a despertar a atenção de muitos países afectados por conflitos”, salientou o chefe da diplomacia angolana.

O evento decorreu sob o lema “celebrando o sucesso de Angola na promoção de oportunidades económicas, conversação e multilaterais para um futuro melhor”. (J.A.)++++

Palácio da Música e do Teatro fica concluído antes do prazo.

O país vai ter, ainda este ano, um novo Centro de Convenções para albergar grandes eventos nacionais e internacionais, como cimeiras, conferências, reuniões empresariais, congressos, colóquios, entre outros.

A infra-estrutura, cuja conclusão está prevista para Outubro deste ano, está a ser erguida no bairro costeiro da Chicala, em Luanda.

O Presidente da República deslocou-se, na manhã de ontem, ao local, para se inteirar do grau de execução das obras, iniciadas em 2023.

Durante a visita, que durou mais de 1h00, o Presidente João Lourenço, que se fez acompanhar de vários membros do Executivo e do seu Gabinete, percorreu alguns

compartimentos do edifício, como as áreas que vão albergar os vários serviços.

Erguido numa área total de 72 mil metros quadrados, o novo Centro de Convenções vai ter uma sala magna de reuniões com capacidade para 375 pessoas, um teatro polivalente para 300 pessoas, uma sala multifuncional, espaços para eventos, restauração e café e um estacionamento para 700 lugares.

Em termos de acesso ao Centro de Convenções, está contemplada uma ponte que liga a infra-estrutura à nova Marginal de Luanda, assim como uma outra via de acesso pela parte esquerda da Ilha do Cabo.

O edifício, de três pisos, encontra-se dentro de um projecto de base turística, com vários serviços, que está a nascer naquela zona, denominado "Lundo", cujo significado, de acordo com técnicos ligado ao projecto, é: de Luanda para o mundo.

Até ao momento, a obra do Centro de Convenções, avaliada em mais de 100 milhões de dólares, já gerou mais de três mil postos de trabalho directos, sendo os jovens angolanos os maiores beneficiários.

O ministro das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, Carlos Alberto dos Santos, disse que Angola precisava, há já algum tempo, de uma infra-estrutura desta dimensão.

"É um Centro de Convenções importante para actos políticos, actos sociais, culturais e económicos, um bocado como alguns países da África têm", ressaltou o ministro.

Ao referir-se ao projecto "Lundo", Carlos Alberto dos Santos disse tratar-se de uma "boa" combinação da visão do investimento privado e do investimento público.

"O Estado em si precisa daquela infra-estrutura e aliou-se, nesse caso, a um bom incentivo do investimento privado. Naquele mesmo local, vão ser erguidas outras infra-estruturas, como hotéis e restauração", precisou o ministro das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, acrescentando que aquela área toda vai ser requalificada.

Por outro lado, o Presidente da República efectuou, também ontem, uma visita à futura Casa da Música e do Teatro, que está a nascer nas antigas instalações da Assembleia Nacional. (J.A.)++++

EUA promove fórum sobre inteligência artificial em Angola.

A Embaixada dos Estados Unidos da América realiza, na próxima quinta-feira, 17, em Luanda, o Primeiro Fórum sobre Inteligência Artificial em Angola, sob o tema "Como a inteligência artificial mudar o mundo".

O evento, promovido pelo programa American Spaces, é gratuito e aberto ao público, mediante inscrição a ter lugar, no Anfiteatro do Edifício de Extensão Michael Kennedy, da Universidade Católica de Angola, no Largo das Escolas, Primeiro de Maio.

Segundo uma nota oficial da embaixada, o fórum vai contar com Encarregado de Negócios dos EUA, Noah Zaring, além de membros do Governo, académicos e especialistas norte-americanos e angolanos.

O programa inclui painéis temáticos sobre Regulação e Ética da Inteligência Artificial, Impacto da IA nos sectores da Saúde, Agricultura, Educação e Empreendedorismo e Competências digitais essenciais para o futuro.

O evento conta, ainda, com uma exposição de soluções tecnológicas desenvolvidas em Angola, com destaque para aplicações ligadas à inteligência artificial.

De acordo com a Embaixada norte-americana, a iniciativa pretende fortalecer o diálogo entre Governo, sector privado, academia e juventude angolana, além de promover a cooperação bilateral e destacar a liderança dos EUA na área da inovação tecnológica, concluiu o documento. (J.A.)++++

Chefe de Estado constata obras do Centro de Convenções da Baía.

O Presidente da República, João Lourenço, visitou, na manhã desta terça-feira, as obras de construção do futuro Centro de Convenções da Baía e do Palácio das Artes e Casa do Artista, em Luanda.

No local onde está a ser erguido o Centro de Convenções da Baía, o Chefe de Estado foi informado sobre o andamento das obras, bem como o prazo de execução da infra-estrutura.

A infra-estrutura, que servirá para acolher eventos nacionais e internacionais, estará ligada à Nova Marginal, por uma ponte com mais de 100 metros de comprimento, cujas obras estão em fase de conclusão.

Num segundo momento, o Presidente João Lourenço visitou, também, as obras do futuro Palácio das Artes e Casa do Artista Casa das Artes, local onde funcionou durante muitos anos a Assembleia Nacional, situado na avenida 10 de Dezembro, baixa de Luanda.

As obras da Casa das Artes estão avaliadas em 85 milhões de dólares e empregaram vários jovens. (J.A.)++++

Angola reforça papel dos parlamentos fortes na prevenção de conflitos.

A presidente da Assembleia Nacional, Carolina Cerqueira, disse, hoje, em Maputo, Moçambique, que parlamentos fortes e representativos são a chave para prevenir conflitos, garantir uma governação transparente e consolidar o Estado de Democrático de Direito.

Ao discursar na sessão ordinária da XIV Assembleia Parlamentar da CPLP, Carolina Cerqueira frisou a necessidade de se trabalhar em conjunto para que os parlamentos sejam verdadeiramente a casa dos povos, abertas à diversidade, à participação das mulheres, dos jovens e de todos os sectores sociais.

“Que sejam espaços de diálogo e de soluções, capazes de responder às aspirações legítimas dos nossos cidadãos”, acrescentou.

“Proponho que forcemos os mecanismos de cooperação interparlamentar no seio da CPLP, criando plataformas para partilha de experiências e boas práticas, e apoiando-nos mutuamente”, reforçou a presidente da Assembleia Nacional.

Fortalecimento da amizade dos povos

Neste particular, a líder do parlamento angolano destacou, igualmente, o fortalecimento da amizade dos povos e países, fruto de séculos de encontros, de partilhas que forjaram laços duradouros entre continentes, expressando uma identidade plural que se alimenta da diversidade e solidariedade.

“Hoje, mais do que uma herança partilhada, a CPLP representa uma visão comum do futuro, na qual a língua portuguesa é a ponte que conecta culturas de milhões de cidadãos espalhados pelo mundo, todos comprometidos com os

mesmos valores na busca incessante do bem comum”, concluiu, citada numa publicação do Parlamento, no Facebook.

(J.A.)++++

Crimes financeiros são ameaça à estabilidade económica e social.

A vice-procuradora geral da República, Inocência Pinto, alertou terça-feira, em Luanda, que a criminalidade financeira que abrange branqueamento de capitais entre outros, constitui uma ameaça persistente à estabilidade económica e social.

A magistrada, que discursava na abertura da palestra sobre “Prevenção e Detecção de Crimes Fiscais e Branqueamento de Capitais” em representação do Procurador-Geral da República, Hélder Pitta Gróz, sublinhou que “a sofisticação” dos crimes fiscais e do branqueamento de capitais exige maior controlo, interoperabilidade institucional e acção coordenada.

Sobre o seminário que encerra sexta-feira, Inocência Pinto disse reflectir o compromisso colectivo de proteger a integridade do sistema financeiro nacional.

Na ocasião, a vice-procuradora geral da República agradeceu a República do Japão, por ter se juntado aos esforços do Estado angolano no momento em que o país está empenhado no suprimento das insuficiências identificadas no âmbito do processo de Avaliação Mútua da realizada pelo Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI), frisando que “a criminalidade financeira constitui uma ameaça persistente à estabilidade económica e social”.

Para a vice-procuradora-geral da República, a natureza complexa e frequentemente transnacional deste tipo de

criminalidade faz com que a prevenção, a detecção e a repressão constituam em importantes medidas para a sua mitigação.

Segundo Inocência Pinto, os desafios hoje enfrentados são complexos e dinâmicos. “As redes criminosas valem-se das tecnologias emergentes, de estruturas societárias opacas, transacções transfronteiriças e activos digitais para ocultarem o seu rasto. Perante tal realidade, a actuação isolada de qualquer instituição, por mais competente que seja, revela-se insuficiente”, disse.

Progressos

A magistrada assegurou que Angola tem feito progressos significativos no campo legislativo, como demonstra a recente revisão da Lei 5/20 pela Lei 11/24, de 4 de Julho, e do Código Penal (Lei 38/20) pela Lei 12/24. Estas alterações visam fortalecer o quadro legal contra o branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e outros crimes económicos.

De acordo com a vice-procuradora geral da república, a referida legislação estabelece um conjunto abrangente de medidas preventivas e repressivas, impõe obrigações às entidades sujeitas, tanto financeiras e não só, e reforça as competências das entidades de supervisão e de fiscalização.

Apesar das melhorias, Inocência Pinto alertou para a necessidade da “detecção precoce, uso de técnicas modernas de investigação e reforço da cooperação nacional e internacional”, apontando a actuação isolada como ineficaz face à natureza transnacional e tecnológica dos ilícitos actuais.

Formação de quadros

A magistrada sublinhou, ainda, a importância da formação contínua dos quadros, do uso estratégico de inteligência

financeira e da adopção de tecnologias modernas de investigação como elementos-chave para garantir a eficácia das acções de prevenção e repressão.

Na ocasião, a vice-procuradora agradeceu o apoio da ONUDC e da Unidade de Informação Financeira (UIF), e encorajou os participantes a aproveitarem o workshop como uma plataforma para partilha de experiências e construção de soluções integradas.

Japão reitera apoio contra os crimes financeiros

Por seu turno, o embaixador do Japão em Angola, Hiroaki Sano, reiterou o compromisso do seu país em apoiar os esforços das autoridades angolanas no combate aos crimes financeiros, sublinhando a importância da cooperação internacional para alcançar resultados eficazes.

“Para se combater este tipo de crimes, é necessária uma forte cooperação internacional, por isso estamos a colaborar com Angola”, reiterou.

Segundo o diplomata, a luta contra os crimes financeiros constitui uma base essencial para o desenvolvimento económico de qualquer país. Quando os crimes são combatidos, cria-se um ambiente mais seguro e transparente e atrai mais investimento por parte dos investidores. Hiroaki Sano destacou, ainda, a importância da formação de quadros nacionais como uma das estratégias-chave para garantir uma justiça mais eficaz e imparcial. (J.A.)++++

Angola e Itália reforçam cooperação institucional.

A Provedoria de Justiça de Angola e da região do Lácio, Itália, assinaram terça-feira, em Roma, um memorando de entendimento no quadro do reforço da cooperação institucional.

O documento foi firmado pela provedora Florbela Araújo e pelo homólogo regional de Lácio, Marino Fardelli, tendo os responsáveis se comprometido em implementar os termos constantes do instrumento jurídico.

A nota de imprensa, a que o Jornal de Angola teve acesso, refere que no mesmo dia, a provedora de Justiça, Florbela Rocha Araújo, visitou o Parlamento Italiano, onde foi recebida pelo presidente do grupo parlamentar bilateral, Paulo Ciani, que chefia igualmente, a secção Bilateral de Amizade Itália-África.

Na ocasião, Florbela Araújo apresentou o quadro de actuação da instituição sob sua tutela, os casos mais recorrentes e os serviços provinciais da Provedoria de Justiça.

Por sua vez, Paulo Ciani mostrou-se satisfeito com a visita e recordou a recente visita do Chefe de Estado angolano, João Lourenço, ao Parlamento Italiano, facto que, segundo destacou, reforça as boas relações entre os dois países.

O evento contou com a participação de várias entidades da Região do Lácio, envolvidas na promoção e protecção dos direitos dos cidadãos. (J.A.)++++

Angola vai ter um novo Centro de Convenções ainda este ano.

O país vai ter, ainda este ano, um novo Centro de Convenções para albergar grandes eventos nacionais e internacionais, como cimeiras, conferências, reuniões empresariais, congressos, colóquios, entre outros.

A infra-estrutura, cuja conclusão está prevista para Outubro deste ano, está a ser erguida no bairro costeiro da Chicala, em Luanda.

O Presidente da República deslocou-se, na manhã de ontem, ao local, para se inteirar do grau de execução das obras, iniciadas em 2023.

Durante a visita, que durou mais de 1h00, o Presidente João Lourenço, que se fez acompanhar de vários membros do Executivo e do seu Gabinete, percorreu alguns compartimentos do edifício, como as áreas que vão albergar os vários serviços.

Erguido numa área total de 72 mil metros quadrados, o novo Centro de Convenções vai ter uma sala magna de reuniões com capacidade para 375 pessoas, um teatro polivalente para 300 pessoas, uma sala multifuncional, espaços para eventos, restauração e café e um estacionamento para 700 lugares.

Em termos de acesso ao Centro de Convenções, está contemplada uma ponte que liga a infra-estrutura à nova Marginal de Luanda, assim como uma outra via de acesso pela parte esquerda da Ilha do Cabo.

O edifício, de três pisos, encontra-se dentro de um projecto de base turística, com vários serviços, que está a nascer naquela zona, denominado "Lundo", cujo significado, de acordo com técnicos ligado ao projecto, é: de Luanda para o mundo.

Até ao momento, a obra do Centro de Convenções, avaliada em mais de 100 milhões de dólares, já gerou mais de três mil postos de trabalho directos, sendo os jovens angolanos os maiores beneficiários.

O ministro das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, Carlos Alberto dos Santos, disse que Angola precisava, há já algum tempo, de uma infra-estrutura desta dimensão. "É um Centro de Convenções importante para actos políticos, actos

sociais, culturais e económicos, um bocado como alguns países da África têm", ressaltou o ministro.

Ao referir-se ao projecto "Lundo", Carlos Alberto dos Santos disse tratar-se de uma "boa" combinação da visão do investimento privado e do investimento público.

"O Estado em si precisa daquela infra-estrutura e aliou-se, nesse caso, a um bom incentivo do investimento privado. Naquele mesmo local, vão ser erguidas outras infra-estruturas, como hotéis e restauração", precisou o ministro das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, acrescentando que aquela área toda vai ser requalificada.

Por outro lado, o Presidente da República efectuou, também ontem, uma visita à futura Casa da Música e do Teatro, que está a nascer nas antigas instalações da Assembleia Nacional. (J.A.)+++++

Deputados constataam construções paralisadas.

Os deputados do círculo provincial de Malanje constataaram, no município de Massango, em Malanje, a paralisação de obras de construção de infra-estruturas enquadradas no Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM).

Entre as obras estagnadas, destacam-se a construção de uma escola de 12 salas de aula, na sede municipal de Massango, e outra de sete salas na comuna de Kinguengue, a reabilitação do troço Massango/Quihuhu e Quihuhu/Kinguengue, a construção de um pequeno sistema de água e um posto médico, bem como o alastramento das ravinas na sede municipal de Massango e na estrada que liga à comuna de Kinguengue.

Os parlamentares manifestaram-se preocupados com as constatações, durante uma visita efectuada ao Kinguengue, onde foram informados que o município de Massango foi contemplado com um total de seis projectos, sendo que, destes, dois estão concluídos e quatro paralisados.

O administrador municipal adjunto para Área Técnica e Infra-estruturas, Príncipe Ndembue, explicou que dos seis projectos contemplados pelo município de Massango apenas dois foram concluídos, tendo solicitado aos deputados no sentido de levarem as preocupações ao Governo. (J.A.)++++

Parlamento tem papel proactivo na defesa das políticas públicas.

A Assembleia Nacional tem desempenhado um papel proactivo na defesa de políticas públicas voltadas ao empoderamento da nova geração, de modo a capacitá-la para contribuir significativamente para o bem-estar da juventude angolana, afirmou, terça-feira, em Luanda, o 1.º vice-presidente da Assembleia Nacional, Américo Cuononoca.

Ao discursar na abertura do seminário sobre “A juventude e oportunidades de carreira junto das organizações multilaterais”, Américo Cuononoca destacou o papel fundamental que as organizações internacionais têm na construção de consensos globais em torno de agendas essenciais para o progresso da humanidade.

“Estas instituições devem oferecer maior apoio à juventude, promovendo a sua inserção nas organizações internacionais das quais Angola é membro, de modo a maximizar os benefícios decorrentes das contribuições financeiras anuais do país”, sublinhou.

O também parlamentar sublinhou que as organizações internacionais representam um espaço privilegiado para a afirmação dos jovens como agentes de transformação.

Américo Cuononoca reforçou, por outro lado, que os desafios da actualidade são globais e transcendem fronteiras, exigindo respostas conjuntas e coordenadas para garantir resultados duradouros.

O 1.º vice-presidente da Assembleia Nacional defendeu, também, a necessidade de as instituições de ensino integrem nos seus currículos cursos de formação técnico-profissional alinhados às necessidades básicas da população.

“Devemos continuar a apoiar o papel das organizações internacionais, que são parceiras estratégicas e nos permitem acreditar que Angola não está sozinha diante destes desafios”, acrescentou.

Por sua vez, o secretário de Estado para a Cooperação Internacional e Comunidades Angolanas do Ministério das Relações Exteriores, Domingos Vieira Lopes, destacou que as organizações internacionais têm buscado, de forma activa, a participação da juventude na formulação e implementação de políticas globais, reconhecendo o seu papel essencial na superação dos desafios contemporâneos.

“A ONU e a União Africana oferecem programas de estágio e formação que permitem aos jovens adquirirem experiência prática em áreas como Desenvolvimento Sustentável, Direitos Humanos, Saúde Global, Paz e Segurança, entre outros. Contudo, muitos destes programas não são remunerados, devido às actuais restrições financeiras das organizações”, explicou.

Domingos Vieira Lopes é apologista de uma presença mais expressiva de Angola na diplomacia multilateral, além

das representações permanentes. De acordo com o secretário de Estado, é necessário que haja mais quadros angolanos a integrar os diversos escalões do sistema internacional. (J.A.)++++

Novo Regime Disciplinar da Polícia vai à votação.

O novo Regime Disciplinar da Polícia Nacional vai à votação final global amanhã, durante a Sessão Plenária da Assembleia Nacional.

A proposta, de iniciativa do Executivo, estabelece um conjunto de normas que visam reforçar a disciplina, a imagem institucional e o decoro dos efectivos da corporação.

Entre as novas regras destaca-se a “proibição para as agentes femininas do uso de postigos e penteados considerados extravagantes, bem como de adornos não regulamentares, como brincos, colares e outros acessórios que possam comprometer a imagem da Polícia Nacional”.

A proposta de lei proíbe, ainda, a “exposição, divulgação ou publicação de imagens dos efectivos trajando o uniforme da Polícia Nacional nas redes sociais, bem como a convivência ou manutenção de relações de amizade com indivíduos que, devido ao seu cadastro ou comportamento, estejam sob vigilância policial”.

Outras condutas proibidas incluem a “participação em jogos de fortuna e azar, como o AngoFoot, Premier Bet e outros similares”.

Condecorações e distinções

A nova lei prevê, também, um sistema de condecorações para reconhecer os agentes com desempenho exemplar, figurando, entre as distinções previstas, as categorias de “Elogio, Comportamento e Louvor”.

De acordo com o documento, qualquer superior hierárquico que tenha sob sua direcção serviços ou forças pode elogiar um subordinado pela prática de actos dignos de distinção ou por acções relevantes, realizadas por ordem superior ou presenciadas directamente.

O Louvor, por sua vez, é definido como o reconhecimento público de actividades, comportamentos que revelem notável valor, destacada competência profissional e profundo sentido cívico no cumprimento do dever.

A lei contempla, também, condecorações para os animais que integram a corporação, como cães e cavalos, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados no apoio às operações policiais. (J.A.)++++

Carolina Cerqueira propõe paz como prioridade na CPLP.

A presidente da Assembleia Nacional, Carolina Cerqueira, manifestou, terça-feira, em Maputo, Moçambique, o desejo de que a paz continue a ser um tema prioritário na agenda da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Ao intervir na sessão ordinária da XIV Assembleia Parlamentar da CPLP, a líder parlamentar justificou a sua tese considerando o facto de que o actual cenário de instabilidade político-militar em algumas regiões da Europa, do Médio Oriente e do continente africano ser marcado por uma escalada de conflitos que preocupa a comunidade internacional.

Carolina Cerqueira defendeu, por isso, a existência de parlamentos fortes e representativos, fundamentais para prevenir conflitos, garantir uma governação transparente e consolidar o Estado Democrático e de Direito.

“Que sejam espaços de diálogo e de soluções, capazes de responder às aspirações legítimas dos nossos cidadãos. Proponho que forcemos os mecanismos de cooperação interparlamentar no seio da CPLP, criando plataformas para partilha de experiências e boas práticas, apoiando-nos mutuamente”, reforçou.

O fortalecimento da amizade entre os povos e países da CPLP, construída ao longo de séculos de encontros e partilhas, disse a presidente do Parlamento angolano, forjaram laços duradouros entre continentes, expressando uma identidade plural, alimentada pela diversidade e solidariedade.

“Hoje, mais do que uma herança partilhada, a CPLP representa uma visão comum do futuro, na qual a língua portuguesa é a ponte que conecta culturas de milhões de cidadãos espalhados pelo mundo, todos comprometidos com os mesmos valores e na busca incessante do bem-comum”, referiu.

Este compromisso, prosseguiu Carolina Cerqueira, é um importante mecanismo para consolidar a articulação política e reforçar institucionalmente a comunidade, por meio de um diálogo multilateral privilegiado que permite debater de forma aberta e construtiva os desafios comuns, desde a promoção da paz, democracia e boa governação até à preservação dos princípios e valores que sustentam a legitimidade, o respeito e a credibilidade dos parlamentos como instituições representativas da vontade popular.

A assistência às populações vítimas de deslocamentos forçados, a crise humanitária, a insegurança alimentar, o colapso institucional e o enfraquecimento dos direitos universais, destacou a responsável, exigem o empenho dos Estados-membros da organização.

“Precisamos de mecanismos de diálogo, cooperação técnica, assistência humanitária e diplomacia parlamentar que promovam soluções duradouras e justas, respeitando a soberania e os direitos dos povos”, defendeu.

Para Carolina Cerqueira, a paz é mais do que um propósito político, é uma visão de futuro e um verdadeiro legado que se deseja consolidar de forma permanente nas vivências das futuras gerações, enfatizando o papel construtivo da paz como presença activa de justiça, equidade, diálogo, respeito pelos direitos humanos, inclusão social e instituições sólidas.

“É neste âmbito que se torna fundamental falarmos de boa governação como caminho mais viável e duradouro para garantirmos aos nossos cidadãos uma paz real e sustentada, alicerçada em políticas públicas de educação de qualidade, igualdade de oportunidades, promoção da cidadania, cooperação interinstitucional e verdadeira solidariedade entre os povos”, acrescentou.

A presidente da Assembleia Nacional considerou a boa governação um desafio e, ao mesmo tempo, uma responsabilidade inadiável, que exige coragem, visão e compromisso por parte dos parlamentos, promovendo uma cultura centrada no serviço público, com actuação ética, transparente e inclusiva.

Carolina Cerqueira destacou, ainda, que os mecanismos de participação do cidadão e de prestação de contas transformam as instituições democráticas em instrumentos de inclusão, diálogo e responsabilidade. (J.A.)++++

África regista crescimento de 35% na utilização de IA.

O continente africano regista, todos os anos, um crescimento de cerca de 30 por cento na utilização de soluções baseadas em Inteligência Artificial (IA) e poderá atrair investimentos anuais na ordem dos 15 mil milhões de dólares, afirmou, em Luanda, o sócio da PWC Angola, Tito Tavares.

Em declarações aos jornalistas, segunda-feira, à margem do I Fórum Nacional de Inteligência Artificial (FNIA25), o responsável destacou que poderá atrair investimentos anuais na ordem dos 15 mil milhões de dólares nos próximos cinco anos.

“Mais de 50 por cento da população africana tem menos de 20 anos e são jovens habituados ao telemóvel, com coragem e abertura para inovar. Este perfil é ideal para adoptar e adaptar rapidamente tecnologias emergentes como a IA”, disse.

Tito Tavares alerta para a importância de desenvolver uma regulamentação própria, que não seja apenas cópia das normas europeias ou americanas, destacando que “Angola tem realidades específicas em telecomunicações e formação que devem ser vistas como oportunidades”.

Acrescentou que a legislação deve garantir inovação com responsabilidade, mas adaptada ao nosso contexto.

A nível global, a regulamentação da IA já começou a ser estruturada em níveis de risco, desde o uso proibido (como vigilância de pessoas) aos riscos reduzidos (como filtros de spam ou navegação por GPS).

Para Tito Tavares, o continente africano deve aprender com estas experiências, mas contextualizá-las, adiantando que a inclusão digital é outro dos pontos críticos.

“Apesar do uso limitado da internet, África lidera nas transacções móveis. Isso mostra como o telemóvel pode ser uma ponte para a literacia digital e a formação”, referiu.

O CEO da New Cognito, Sérgio Lopes, considera que a IA deve ser vista como aliada, na medida em que “não vai extinguir profissões, mas transformá-las”, justificando ser “uma ferramenta que nos pode tornar mais eficientes e criativos”. E acrescenta:

“O artista continua a ser essencial. A IA só amplifica o seu potencial”. (J.A.)+++++

Morro do Moco e Serra do Pingano propostos para áreas de conservação.

O Morro do Moco, localizado na província do Huambo, e a Serra do Pingano, no Uíge, foram propostos para áreas de conservação ambiental, por ostentarem um elevado valor ecológico e endémico.

As duas propostas de lei, que criam o Morro do Moco e a Serra do Pingano, mereceram, ontem, a apreciação da Comissão para a Política Social do Conselho de Ministros, durante a 6ª Reunião Ordinária, orientada pela ministra de Estado para a Área Social, Mária do Rosário Bragança.

Sobre a Serra do Pingano destaca-se, ainda, o facto de representar um importante habitat de espécies da floresta húmida tropical, enquanto o Morro do Moco pelo facto de apresentar remanescentes de floresta afromontana rica em biodiversidade e geologia, tornando-se num local-chave para a observação de aves no seu habitat natural.

Em declarações aos jornalistas, no fim da reunião, o secretário de Estado para o Ambiente, Yuri Santos, disse que de acordo com os estudos científicos, estas áreas revelaram ter

um grande interesse ecológico na conservação de espécies da fauna e da flora.

"Este mesmo estudo indica, também, que estamos a falar de uma zona com grande valor de espécies endémicas mas, apesar de todos os esforços que temos implementado, ainda enfrentamos impactos negativos relacionados à caça furtiva, à desflorestação, às queimadas e, até mesmo, ao conflito homem-animal", sublinhou.

As espécies endémicas no Morro do Moco, como o francolim da montanha, o papa-moscas de Angola e, também, o beija-flor das montanhas, acrescentou o secretário de Estado, são fundamentais para a conservação da floresta afromontana e dos valiosos recursos hídricos da região.

Yuri Santos disse, ainda, que é imperioso a criação das duas áreas de conservação, adiantando que vão estar em alinhamento com os compromissos assumidos por Angola a nível internacional e nacional, relacionados ao Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN), no qual consta a meta da criação de três áreas de conservação até 2027, das 14 já existentes.

Eliminação progressiva dos plásticos de uso único

A Comissão para a Política Social apreciou, também, no sector do Ambiente, o Projecto de Decreto Presidencial que aprova o Regulamento sobre a Produção, Importação, Comercialização e Uso de Produtos e Materiais de Plásticos de Utilização Única.

Para o secretário de Estado Yuri Santos, trata-se de um instrumento importante, atendendo aos grandes desafios relacionados com a poluição por plástico, em que o país produz, actualmente, cerca de 19 mil toneladas de resíduos por dia, das quais 29 por cento são de plástico, dado que "a taxa de reciclagem é muito baixa, de 10 por cento, o que preocupa,

pois parte destes resíduos vão parar em aterros ou contaminam o ambiente”.

O governante esclareceu que o Projecto de Diploma propõe medidas concretas para a eliminação progressiva dos plásticos de uso único, incentivando o uso de alternativas sustentáveis e promovendo a transição para materiais biodegradáveis e reutilizáveis.

Entre outras medidas, para travar o uso do plástico, apontou que a previsão é primeiro ano eliminar os sacos de plástico inferior a 50 microns, ou seja, sacos com espessura leve e proibir a sua produção e venda.

Primeira Infância

De acordo com um comunicado da reunião da Comissão para a Política Social, o órgão efectuou uma segunda abordagem sobre o Projecto de Decreto Presidencial que aprova o Plano para a Implementação da Política Nacional para a Primeira Infância, instrumento que visa facilitar a sua operacionalização e garantir que todas as crianças do nascimento aos cinco anos de idade atinjam o seu potencial pleno.

A recomendação, segundo o documento, é que o mesmo Plano seja alinhado no quadro de revisão intercalar do Plano de Desenvolvimento Nacional em curso.

Resolução da ONU

A Comissão foi informada sobre o Plano Nacional de Implementação da Resolução nº 1325 da Organização das Nações Unidas (ONU), instrumento transversal de orientação, que serve de base às diferentes instituições do Estado, ao sector privado, às organizações da sociedade civil e aos partidos políticos, para a observância dos seus princípios na concepção de programas, planos e projectos de desenvolvimento.

A implementação do referido Plano exige, ainda, a conjugação de esforços entre os diferentes departamentos ministeriais, o sector privado, organizações da sociedade civil, partidos políticos, bem como o estabelecimento de mecanismos de coordenação que assegurem a eficácia, fundamentalmente, o compromisso dos diferentes actores e sectores da sociedade. (J.A.)++++

Nova Comissão promete melhorar condições.

Os membros da Comissão de Gestão Transitória da Associação de Apoio aos Antigos Combatentes das EX-FAPLA, ASCOFA-CGTA, tomaram posse terça-feira, no município da Ingombota em Luanda, evento que reconheceu a bravura e a perseverança dos combatentes na luta armada pela libertação de Angola do domínio colonial português.

O presidente do conselho directivo da Federação dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, Ludgero Peli-ganga, afirmou que desde o início da luta armada pela independência Nacional, a história registou muitos factos de referência que enaltecem o contributo dos ex-militares das FAPLA na libertação de Angola.

Reconheceu que o contributo na luta pela conquista da paz, tal como a bravura demonstrada pelos homens e mulheres que o integraram, só foi possível graças à determinação táctica, disciplina, dedicação e alto sentido de patriotismo. Para o responsável, o legado das antigas FAPLA deve ser vinculada na formação cívica, ética e educação patriótica, para que os jovens conheçam a história do país e contribuam com o seu saber para que Angola continue a trilhar de forma segura.

Disse que o mandato da Comissão tem uma duração não superior a doze meses, até à legitimidade dos futuros membros dos órgãos sociais, por via de uma assembleia geral eleitoral, transparente e imparcial.

Desafios da Comissão de Gestão Transitória

Por seu turno, o presidente eleito da Comissão de Gestão Transitória da Associação de Apoio aos Antigos Combatentes das EX-FAPLA, Matias Lima Coelho “general Zumbi”, apontou entre os desafios do seu mandato, a melhoria das condições de vida dos associados, a organização das contas e a sede da organização onde os associados devem depositar as quotas para o seu bem-estar.

Matias Lima Coelho comprometeu-se tudo fazer para que daqui a 12 meses a organização esteja muito bem representada em todo o mundo e se una em torno do lema.

“Prometemos combater com toda a nossa alma e vontade para o bem-estar nos nossos associados que enfrentam muitas dificuldades financeiras e económicas e sociais”.

Para além do general Matias Lima Coelho, tomaram igualmente posse o vice-presidente da comissão, José Bernardo, Vicente Júnior para o cargo de coordenador, o secretário João Manuel Neto, tesoureiro Orlando José Domingos, João Carlos, Joaquim Mango, e Caetano António Marcolino tomaram posse como membros respectivamente. (J.A.)+++++

Dívida de Angola com China reduz para oito mil milhões de dólares.

A dívida de Angola para com a China reduziu, nos últimos dois anos, de dez mil milhões para oito mil milhões de dólares, segundo dados do Ministério das Finanças

Angola continua, de forma sustentável, a honrar o pagamento da dívida contraída com a China, no âmbito do processo de reconstrução nacional, refere a RNA, que avançou a informação, esta terça-feira.

Em relação às incertezas devido à flutuação do preço do petróleo bruto no mercado internacional, foram accionadas medidas internas para todos os cenários. (J.A.)++++

União Europeia satisfeita com resultados de projecto sobre segurança alimentar em Angola.

Os resultados positivos obtidos desde a implementação do Projecto de Fortalecimento da Resiliência e da Segurança Alimentar e Nutricional em Angola (FRESAN), no Cunene, Huíla e Namibe, satisfizeram a embaixadora da União Europeia.

Maria do Rosário Pais, que se encontra numa visita de trabalho no Namibe para aferir o grau de execução do projecto, em fase terminal, constatou que com esta iniciativa mais de 300 mil pessoas já beneficiaram do abastecimento de água, incluindo 256 cooperativas e 4.063 camponeses apoiados.

Verificou, igualmente, que com esta acção mais de mil e 200 toneladas de produtos diversos foram colhidas.

Os resultados foram evidenciados através da demonstração da prática resiliente da agricultura de subsistência, que deu origem ao aumento da capacidade e dos altos níveis

de produção, assim como da aplicação de técnicas de formação efectuadas pelo FRESAN.

Declarou, também, que a eficácia do projecto dá segurança para a continuidade no financiamento de outros projectos na área agrícola e nutricional, a contar com a colaboração da sociedade civil e autoridades locais.

Maria do Rosário Pais avançou, ainda, que face a estes resultados, a União Europeia reserva para o sul do país a implementação de mais programas de nutrição que vão abranger crianças menores de 5 anos e mulheres grávidas e institutos agrários para criação de escolas de agricultura com direito à atribuição de bolsas às raparigas para que sejam formadas.

(J.A.)+++++

Ministro quer técnicos competentes e capazes de gerir os recursos minerais.

O ministro dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás destacou, terça-feira, em Luanda, que o Direito Mineiro em Angola é um instrumento de soberania e de justiça económica, que serve de caminho para o desenvolvimento sustentável do país.

Diamantino Azevedo, que falava na cerimónia de abertura do curso de especialização em Direito Mineiro, que decorreu numa das universidades de Luanda, referiu que o país precisa de criar técnicos competentes capazes de gerir os recursos minerais, com base em princípios de ética, rigor técnico e visão estratégica.

O ministro referiu que para se consolidar e aperfeiçoar o modelo jurídico do Direito Mineiro é importante que as academias operadores realizem um estudo sobre o Código Mineiro do país e a evolução de países com forte expressão

mineira, como a África do Sul, RDC, Namíbia, Zâmbia, Moçambique e Botswana, bem como no resto do mundo como o Brasil, Canadá, e Espanha.

“Este exercício vai permitir adoptar boas práticas, reforçar a competitividade e garantir que o nosso ordenamento esteja à altura dos desafios globais”, disse, tendo adiantado que o ensino do Direito Mineiro é uma necessidade estratégica nacional para garantir que operadores jurídicos, magistrados, decisores cumpram a lógica económica, social e ambiental da actividade mineira.

O governante avançou que as perspectivas para o Direito Mineiro passam por três grandes desafios, como a sustentabilidade que visa garantir que a exploração mineral respeita o ambiente das comunidades.

O valor local tem a missão de assegurar que os recursos gerem empregos, promovam a indústria e a inovação em Angola e a Justiça Intergeracional sirva para gerir os recursos para o futuro.

“É importante reforçarmos a implementação efectiva do poder mineiro, estimular a criação de jurisprudência e regulamentação, bem como promover a investigação académica e diálogo institucional sobre o sector, adaptar o quadro jurídico à era dos minerais críticos e da transição energética”, indicou.

Estão mobilizados para esta acção formativa 40 técnicos que estão a abordar temáticas ligadas ao Direito Mineiro com foco em “Domínio dos principais instrumentos jurídicos do sector”, “Capacidade de aplicação das regras e investimentos para aquisição” e “Extinção, Alienação e Operação dos Direitos Mineiros”, num total de 12 módulos. (J.A.)++++

Ministro Filipe Zau defende preservação do património cultural.

A entrega oficial das chaves às empresas vencedoras do concurso público para a exploração das dezanove lojas comerciais existentes no Centro Cultural Manuel Rui, na cidade do Huambo, ocorreu segunda-feira, durante uma cerimónia que contou a presença do ministro da Cultura.

Na ocasião, Filipe Silvino de Pina Zau, apelou os populares para o uso correcto das infra-estruturas construídas pelo Executivo com receitas públicas.

O ministro da Cultura apelou igualmente a preservação do património do sector que dirige existente a nível da província do Huambo, para o benefício de toda a comunidade.

O acto de entrega dos estabelecimentos comerciais, decorreu no Auditório Principal do Centro Cultural Manuel Rui e foi testemunhado pelo governador da província do Huambo, Pereira Alfredo, membros do Governo, agentes culturais e membros da sociedade civil.

O ministro da Cultura disse que o Centro Cultural do Huambo vai continuar a acolher muitas actividades de grande vulto e por esta razão, deve ser sustentável e ter apoio do ponto de vista económico do pessoal, porque só com o Orçamento Geral do Estado (OGE) não seria possível.

Em declaração à imprensa, o ministro da Cultura explicou que os espaços entregues às empresas vencedoras do Concurso Público, correspondem em lojas, serviços de restauração, cafetaria, escritórios, geladarias e parques infantis que vão ser explorados de forma independente, com vista a rentabilizar e dar vida ao Centro Cultural Manuel Rui, conforme foi idealizado dentro das políticas do Ministério da Cultura.

Filipe Zau considerou o Centro Cultural Manuel Rui como uma infra-estrutura de arte e performance, que vai acolher inúmeras actividades de carácter literário, musical, teatro, dança, artes plásticas e conferências, além de ter um carácter comercial bastante aceitável, ao dispor do público amante da cultura.

O responsável avançou que as salas de conferências do Centro Cultural Manuel Rui vão, em breve, servir, também, para fazer trabalhos de investigação científica, para que as pessoas possam trabalhar em cooperação com as universidades existentes na região, para que o conhecimento da cultura possa aparecer dentro do centro.

“É o primeiro Centro Cultural de renome que temos no país, com este tipo de paradigma novo e que pode se tornar sustentável e daí, já podemos também pensar que o sucesso desta instituição, venha contribuir para idealizar outros centros a serem construídos nos próximos anos ao nível do país”, frisou.

O ministro afirmou que, todos os estabelecimentos comerciais à volta do Centro Cultural Manuel Rui, foram entregues mediante a realização do Concurso Público, por via de uma comissão que trabalhou durante cinco meses neste processo de avaliação das propostas das empresas, para sua devida exploração.

No encontro, o ministro Filipe Zau mostrou-se satisfeito por ver que a maioria das empresas concorrentes e vencedoras são da província do Huambo, seguidamente uma de Luanda e outra Bié.

O governador da província do Huambo, Pereira Alfredo, disse que com a entrega das chaves feita pelo ministro da Cultura, para exploração das lojas do Centro Cultural, a

perspectiva do Governo é de criar um movimento crucial para a geração de empregos, principalmente para a camada jovem.

Na sua locução, Pereira Alfredo manifestou que Centro Cultural Manuel Rui, além de gerar novos empregos, vai, também, criar oportunidades de negócio para os agentes comerciais.

Com a abertura das lojas, o governador adianta que o Centro abriu oportunidades para a classe empresarial, sobretudo para a juventude e vai servir de uma academia de aprendizado permanente, para tal é preciso rentabilizar melhor o espaço. (J.A.)++++

AFROBASKET 2025: Obras no Arena do Kilamba cumprem prazo estipulado.

A Comissão Executiva do Comité Organizador da 31.ª edição do Afrobasket'2025 garantiu, terça-feira, no final da visita técnica ao Pavilhão Multiusos do Kilamba, que as obras de melhoria decorrem dentro dos prazos estabelecidos e sem qualquer constrangimento.

No final da inspecção, o porta-voz da Comissão Executiva, Mário Rosa de Almeida, em declarações à imprensa, disse: “Não existe nenhuma questão preocupante relacionada com as obras até agora” e as intervenções são “cumpridas minuciosamente, de acordo com o calendário elaborado”.

Durante a visita, a delegação constatou o andamento dos trabalhos de reparação do piso, iluminação, sistema de som, placares electrónicos e áreas técnicas, fundamentais para a realização do jogo inaugural da competição, marcado para 12 de Agosto.

Mário Rosa de Almeida destacou a qualidade da intervenção e felicitou a Direcção Nacional de Infra-Estruturas

Desportivas do Ministério da Juventude e Desportos pelo empenho e seriedade com que conduz este processo, acrescentando que a ideia é evitar improvisos de última hora como aconteceu em eventos passados.

Durante a visita, a delegação foi recebida pelo secretário de Estado para os Desportos, Paulo Madeira, na qualidade de anfitrião, que, segundo Mário Rosa, ajudou a compreender os passos dados para garantir as condições ideais no recinto até à data estipulada.

+Questionado sobre a proposta da classe jornalística em relação à reconfiguração da bancada de imprensa, o porta-voz esclareceu que, embora a sugestão tenha sido válida, “as condições actuais vão prevalecer por limitações estruturais”. Contudo, prometeu apresentar ao Ministério propostas de melhoria para edições futuras.

A directora Nacional de Infra-Estruturas Desportivas, Elizabete Cailo, garantiu que todos os trabalhos se vão concluir até 30 do corrente, conforme previsto. A responsável assegurou que o recinto vai respeitar todos os requisitos técnicos e estruturais exigidos pela

FIBA África.

Cailo também não descartou a possibilidade de pequenas adaptações no espaço destinado à imprensa, embora tenha afastado a hipótese de alterações estruturais significativas, dadas as limitações do recinto.

A comitiva visitante foi composta pelo presidente da Federação Angolana de Basquetebol (FAB) e coordenador do Comité Organizador, Moniz Silva, acompanhado por Tony Sofrimento, Luís Costa, Carina Barbosa, entre outros membros daquele pelouro.

O grupo percorreu todas as zonas do pavilhão, incluindo balneários, áreas de apoio, corredores de acesso e zonas técnicas, numa acção de inspecção detalhada para garantir que todos os espaços estejam em conformidade com os padrões internacionais exigidos para acolher uma das mais prestigiadas provas do calendário do basquetebol africano.

O Afrobasket'2025 vai decorrer de 12 a 24 de Agosto nas cidades de Luanda e do Namibe. (J.A.)+++++

Serviços de Comunicação Institucional e Imprensa da Embaixada da República de Angola na República Portuguesa, 16 de Julho de 2025.